

BIBLIOTECA NA PRISÃO NÃO É ACERVO, É AÇÃO

Marcos Felipe Gonçalves Maia [*]

Carolina Pedreira [**]

[*] Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Educação (UFT). Bacharel em Biblioteconomia (UnB), Bibliotecário na UFT/Palmas.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8118-6211>
E-mail: marcosmaia@uft.edu.br

[**] Doutora em Antropologia (UnB). Professora Adjunta do curso de Psicologia (UFT).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3731-8955>
E-mail: carolinapedreira@uft.edu.br

RESUMO

Este ensaio trata da biblioteca na prisão para além de uma simples coleção de livros. Objetiva propor linhas de pensamento sobre bibliotecas em espaços de encarceramento e relatar uma experiência de extensão universitária na prisão. Metodologicamente é uma autoetnografia com subsídios teóricos de outras fontes documentais e bibliográficas. Propõe que a biblioteca na prisão seja popular na perspectiva dos movimentos sociais pelo direito à educação, à formação e à cidadania. Destaca sobremaneira a importância de uma política global de bibliotecas, articulando sistemas e redes municipais, estaduais e da esfera federal, com planejamento, profissionais formados e que a biblioteca não seja somente um espaço de depósito de livros. Deve ser também espaço do encontro, do registro de saberes locais e da formação humana. A biblioteca popular como ação na prisão deve ser construída com base em quatro pilares necessários: planejamento, organização, interação com todas atividades locais e registro de saberes locais.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Educação Popular. Educação Prisional.

INTRODUÇÃO

Apesar da Lei de Execução Penal (LEP) indicar que a educação é direito das pessoas presas, dados do Conselho Nacional do Ministério Público indicam que 88% das pessoas encarceradas não estão participando de nenhuma atividade educacional (GODINHO; JULIÃO, 2019; SOARES, 2019) e que 90% dessa população não terminou a educação básica (GODINHO; JULIÃO, 2019).

Nesse cenário, uma instituição muito importante é a biblioteca. Porém, das 1.329 unidades prisionais existentes em todo Brasil, somente em 676 há bibliotecas, o que representa pouco mais de 50% desses espaços (SOARES, 2019). Esse número é bastante expressivo se comparado com o Censo Escolar de 2016, que indica que, das 217.480 escolas públicas brasileiras, somente 21% possuem bibliotecas ou salas de leitura, enquanto que nas 61.878 escolas privadas, esse número é de 38%. As regiões Sul e Sudeste do Brasil são as que possuem os melhores índices, com 44% e 28% respectivamente (ORÍÁ, 2017). Essa comparação não é para dizer que o Sistema Penitenciário brasileiro está mais bem equipado do que o Sistema Educacional, mas para indicar que, mesmo com a política de bibliotecas, do livro e da leitura no Brasil existente desde a década de 1930, esse número não cresce, o que demonstra falta de interesse político, econômico e social, elementos centrais para a construção de uma população leitora (SOARES, 2019). Além disso, ao se considerar que o número de escolas é quase 200 vezes maior do que o número de unidades prisionais, essa relação de 21% para 50% demonstra que os presídios estão quase 200 vezes atrás das escolas, mesmo indicando um número percentual maior. Os números sempre estão a serviço de uma ideologia.

Criar bibliotecas nas prisões não é investir em encarceramento; trata-se de uma forma de tentar atingir os problemas em sua origem. Promover o livro, a leitura e as bibliotecas pode ser um caminho para o bem-estar das pessoas, das famílias e para o desenvolvimento humano (SOARES, 2019).

A leitura é utilizada por diferentes grupos culturais de diversas formas: para obter informações, buscar instrução, exercer a criatividade e a imaginação, ou inteirar-se de um debate ou um tema (GODINHO; JULIÃO, 2019). Ela é capaz de reduzir o estresse, melhorar os relacionamentos, manter o cérebro jovem, auxiliar tratamentos terapêuticos, produzir empatia e novas sensações, melhorar a escrita, possibilitar ascensão educacional e profissional,

dentre outras possibilidades (SOARES, 2019). Por tudo isso, a leitura tem o poder de criar conexão com o mundo externo sonhado, imaginado; pode ajudar em processos de superação, de educação e em terapias (SOARES, 2019; OUKNIN, 1996).

Para além dessas possibilidades, a leitura deve ser conduzida como um direito da pessoa presa. Seja qual for a necessidade de leitura do preso ou da presa, esse direito deve ser assegurado para além de simplesmente remição de pena, mas como uma possibilidade de estar no mundo, mesmo que seja um mundo encarcerado (CAMPOS, 2019). A leitura ajuda o leitor a se encontrar com outras histórias de vida, pensar sobre elas, comparar com as suas e sonhar; “sim, sonhos, todos temos o direito de sonhar e criar no âmbito da imaginação novas formas de viver, pensar, agir e interagir no mundo” (GODINHO; JULIÃO, 2019, p. 85). Mas não somente na imaginação, na ação também.

A biblioteca está prevista na LEP no artigo 21 onde prevê livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984). Porém, essa Lei só institui, não trazendo nenhuma explanação quanto a como aplica-la. Por isso, é importante amparar-se em outros institutos legais. Por exemplo, a Lei 13.696 de 2018 institui a Política Nacional do Livro e da Leitura e cria a universalização do direito de acesso ao livro, leitura, escrita, literatura e biblioteca. Sua implantação fica a cargo da União em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, com a participação da sociedade civil e de entidades privadas. Existem também o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e a Política Nacional do Livro (PNL). Esses documentos objetivavam inspirar e fortalecer a prática de leitura e a instalação de bibliotecas, mas na verdade serviram mais para isenções fiscais para empresas do ciclo produtivo do livro e da cultura do que efetivamente trouxe “benefícios à população, pois previa a criação de um fundo de apoio à leitura, que não se efetivou” (SOARES, 2019, p. 330).

Até este momento temos, então, a biblioteca, a leitura, enfim, a educação como um direito subjetivo e amparado por documentos e institutos legais (GODINHO; JULIÃO, 2019; SOARES, 2019). E também a leitura como formas de viver mundos, sonhos e catarses (OUKNIN, 2019). Porém, falta uma pequena discussão sobre o que vem a ser biblioteca e sua presença em presídios como construtora de espaços e comunidades.

Tendo esse cenário, este ensaio objetiva propor linhas de pensamento sobre bibliotecas em espaços de encarceramento e relatar uma experiência de extensão universitária na prisão, tentando responder ao seguinte questionamento: o que é a biblioteca na prisão?

BIBLIOTECA NO TEMPO E NO ESPAÇO

A palavra biblioteca tem origem na língua grega que significa a caixa do livro (*biblion* + *teké*). Essa definição traz duas problemáticas. Primeiro, que *biblion* tem sido tomado como livro, mas na verdade era o nome de uma cidade no Líbano de onde saíam muitos livros comercializados no mundo antigo; o que indica que livro pode ter diversos formatos (papiro, papel, códice, rolo, argila, bambu, osso...) bem como se vincula a um local. Cada tipologia de livro se relaciona a uma localidade. Por exemplo, o papiro veio do Egito, dadas suas condições materiais; os livros chineses eram feitos de bambu ou osso, devido à abundância desses materiais na região da antiga China. A segunda problemática é pensar a biblioteca como uma caixa, uma casa ou um depósito, que é exatamente a visão “popular” do que é uma biblioteca: um prédio ou uma coleção de acervos. Mas não é essa visão que aqui se advoga!

Para Lionel Casson (2018), as primeiras bibliotecas eram verdadeiros arquivos, salas onde se guardavam registros comerciais e administrativos de cunho mais cartorial do que de fruição e formação de pessoas. Exemplo disso seriam as bibliotecas da Assíria, Mesopotâmia e Nínive por volta do século XII antes de Cristo (a.C.). Porém, isso começa a mudar por volta do século VI a.C., quando Assurbanipal, rei da Assíria cria sua grande biblioteca dentro do palácio como arquivo, mas também como forma de contemplação, onde se realizavam inclusive empréstimos de alguns volumes para a elite letrada. Até aqui as bibliotecas eram arquivos ou formas de contemplação das elites.

Em diversos tempos históricos e espaços geográficos, as bibliotecas surgiram de maneiras diferentes e com intencionalidades diferentes. Dando um salto nessa digressão temporal, temos o exemplo das bibliotecas populares. Esse conceito é destaque em Paulo Freire (2011), que compreende a biblioteca como um espaço cultural de trans-formação dos saberes instituídos e dos instituidores, dos saberes locais. Com outras concepções, o movimento europeu do século XVIII, na França e na Alemanha, tentou construir bibliotecas populares como formas de controlar o que o povo poderia e deveria conhecer (GESLOT; SANDRAS, 2017; RICHTER, 1979; RUBACH, 1962). Outros movimentos sociais, mais próximos do pensamento de Freire, mas anteriores a este, foram os operários e outros profissionais que clamavam por boas bibliotecas populares como espaço de formação integral de cidadãos plenos

para o exercício do poder (LANZILLOTTA; OVIEDO, 2018). Esses três movimentos lutaram com o mesmo conceito: a biblioteca popular.

É com esse pequeno olhar histórico que aqui se pensa a biblioteca na prisão não como acervo, mas ação. Essa ideia se apoia no pensamento de que a biblioteca está a serviço de uma intencionalidade de construção de espaços. Espaço, aqui, é entendido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 12). Esse conceito nos indica que não é somente natureza/localidade, mas também o trabalho humano que constrói, produz e reproduz o espaço na inter-ação. O espaço, assim, é composto de objetos, mas também de ações, é forma/conteúdo na construção do mundo.

BIBLIOTECA [POPULAR] NA PRISÃO?

O conceito de biblioteca como problemático já se viu acima. O que é mais importante é entender que a biblioteca está necessariamente vinculada ao espaço. “Mas o que não estaria?”, talvez perguntasse Milton Santos (2006). O que isso quer dizer é que a biblioteca pode ser vista como uma técnica relacionada com o tempo, a razão e a emoção, outras categorias caras ao pensamento do geógrafo. Seja escolar, pública, especializada, comunitária ou hospitalar, o adjetivo que marca a biblioteca está necessariamente vinculado ao espaço, isto é, uma biblioteca escolar está na escola, assim como a comunitária está na comunidade, na inter-relação com sistemas de objetos e de ações, isto é, construindo o espaço e não apenas sendo determinada por este. Essa definição, que pode parecer simplória, é crucial. Para Soares (2019) a biblioteca na prisão é considerada pública.

Bibliotecas públicas seriam espaços públicos criados por lei e vinculados diretamente a um órgão governamental, estado, município, distrito ou federação sendo responsável por sua total manutenção (MACHADO, 2009). Ora, essa definição caberia perfeitamente numa biblioteca na prisão, se não fosse o caso de entender que as bibliotecas prisionais não são instituídas por lei nem possuem órgãos específicos que administrem e mantenham seus processos. Pública, escolar ou comunitária, aqui se advoga a biblioteca na prisão como [popular] de construção de comunidade.

Bibliotecas, na prisão, ou em outros espaços, podem ser vistas por três prismas da qualidade: as ruins são aquelas que possuem somente acervos, livros em qualquer suporte; as

boas seriam aquelas que não desenvolvem somente acervos, mas também produtos e serviços; porém, as excelentes bibliotecas, além de acervos, produtos e serviços, constroem comunidades (LANKES, 2012). Mas o que é construir comunidades?

A palavra “comunidade” carrega um sentido de coletividade, de relações e cooperações. Mesmo entendendo que cada espaço possui sua comunidade, ou sua pluralidade de comunidades, é preciso entender que todas estão correlacionadas e a atuação em uma delas necessariamente atua sobre as outras (MATURANA, 2009).

O que se pensa muito na educação é formar pessoas na relação pedagógica, porém, como acredita Röhr (2017), muito mais na correspondência do que na irreverência. Para esse pensador, essas duas correntes formativas se diferenciam na maneira de buscar respostas para as perguntas educativas. Por isso, deve-se procurar outra forma de buscar respostas. Se a razão não as alcança, elas podem ser adquiridas por meio de vivências existenciais das possíveis respostas. Então, se se vive a ideia de não liberdade e de não sentido, a educação também não tem sentido; mas se se vive a ideia de liberdade e sentido, essa vivência pode existir de várias maneiras, como por meio da leitura, por exemplo.

É por isso que o livro e a leitura devem estar em todos os espaços, porque são técnicas do espaço. Mas não somente a leitura verbal, letrada, alfa-beti-zada. Não se deve pensar um sentido moralizante da leitura, mas como direito e prática social “indiscutivelmente importante em sociedades letradas” (GODINHO; JULIÃO, 2019, p. 84). Essa concepção de letramento faz a inclusão até mesmo de indivíduos não letrados em processos de aprendizagem, já que, mesmo não estando “alfabetizados, vivem e interagem com uma organização social que está toda fundada no uso da escrita” (TFOUNI *apud* GODINHO; JULIÃO, 2019, p. 84).

Na perspectiva da biblioteca popular de Paulo Freire (2011), a biblioteca desenvolve acervos de duas maneiras: comprando e recebendo livros, mas também produzindo seus próprios livros por meio de múltiplas linguagens (desenho, dança, pintura, escrita, audiovisual) das próprias pessoas da comunidade, do grupo social, da população.

O popular, ou o povo/população, tem para Garcia Canclini (2019), a partir do século XVIII, duas conotações: libertar, ou elevar o saber do povo; e a outra seria reforçar a hegemonia de uma burguesia fundante que se afirma como detentora do poder porque seria a legalmente mais capacitada, instruída, inteligente, em relação ao “povo”. O reforço da hegemonia burguesa serviu para o processo de unificação dos Estados-Nações que tentariam unificar sob um mesmo

país grupos sociais distintos. Isso aparentemente também tem acontecido na contemporaneidade com a dita “era da informação” ou do conhecimento. Já que tudo está eletronicamente disponível (BRANDÃO, 2002), o primado do saber servilizaria e diferenciaria as pessoas porque elas simplesmente “escolheram” não estudar.

É por isso que o título desta seção o [popular] está escrito entre colchetes. O popular aqui tem o sentido de quebrar as barras das prisões, sendo os colchetes uma maneira de ser uma metáfora das grades. E ser popular aqui é ser outra forma de existir, de quebrar barreiras, de ser mais.

A biblioteca popular na prisão, então, deve possuir acervo sim, mas não somente isso. Deve ser um espaço na relação de objetos e ações, de técnica, tempo (processo), razão e emoção (SANTOS, 2006); um instrumento ao serviço da humanidade e da construção de mais humanidade, da leitura, da formação da palavra escrita, falada e mistificada (FREIRE, 2011). Deve ser para o simples prazer, formação ou ócio, que também é muito criativo e formativo (DE MASI, 2000). Com essas inspirações, está sendo desenvolvido um projeto de extensão em alguns presídios no Nordeste brasileiro.

“JANELAS PARA O MUNDO”: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, LIVROS E LEITURA

Esta seção é uma autoetnografia. Essa metodologia tem caráter analítico, ajuda na compreensão de si e da experiência do narrador/observador na formação do sujeito cognoscente (ANDERSON, 2006; BENETTI, 2017; JACKSON, 2008; MAIA; OLIVEIRA, 2018). Para Jackson (2008), essa metodologia é um híbrido entre biografia e etnografia, com o que concordam Maia e Oliveira (2018), para quem esse método não pode ser somente biográfico, pois concorreria com as metodologias biográficas. Assim, não será construída uma “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1998), mas uma conversa do experienciado com outros escritos na literatura científica, algo essencial para uma autoetnografia (ANDERSON, 2006).

Está sendo desenvolvido um projeto de extensão denominado “Janelas para o mundo”, coordenado pelo professor Timothy Ireland, a quem é dado um especial agradecimento neste texto, bem como às outras participantes do projeto: Aline, Neide, José Douglas, Douglas, Mylena, Beatriz, Dayse, Breno, bem como a toda equipe do presídio e da Secretaria de

Educação, Ciência e Tecnologia e da Administração Penitenciária do Estado da Paraíba. São alunas e alunos da graduação, pós-graduação, egressos e profissionais.

Mesmo sendo a Universidade uma construção entre ensino, pesquisa e extensão, existe uma desvalorização do valor das experiências vividas nas atividades de extensão como elementos importantes na construção do conhecimento. Porém, esse fazer deve ser visto “[...] como um precursor fundamental na tessitura do saber” (NAVES, 2015, p. 12). Nosso projeto de extensão tem desenvolvido clubes de leituras em presídios.

Algo semelhante foi realizado por Ana Cláudia Godinho e Elionaldo Julião (2019), os quais relatam a participação em um projeto de extensão de clube de leitura numa prisão feminina no Rio Grande do Sul. O projeto durou de 2016 a 2017. Os autores relatam atividades de leitura coletiva com quatro grupos de 15 mulheres cada. Leituras diversas de autoras mulheres sempre com debate sobre o estilo literário e o contexto da obra. Alguns dos resultados ressaltados são: 1) as participantes sempre associavam os textos com suas vivências; 2) os grupos demonstraram internamente uma variedade de níveis de letramento, inclusive com pessoas não alfabetizadas; 3) o grupo de leitura possibilitou espaços de encontros e solidariedades entre as próprias detentas.

O clube de leitura, deste relato, aconteceu durante o ano de 2019 com 12 pessoas da comunidade gay, bissexual, travesti e transexual do presídio. Esse número variava a cada encontro. Há outros grupos desenvolvidos por outros cursistas do projeto. Esses encontros aconteceram semanalmente. Os livros eram lidos por cada participante em voz alta e sempre havia debates, metodologia também desenvolvida por Godinho e Julião (2019). Outra pesquisa estudou a comunidade transexual e travesti, porém em presídio feminino (SILVA JÚNIOR; SILVA, 2019). Nossos interlocutores(as) e cursistas do clube de leitura estão presos num presídio masculino. Aqui não vamos analisar esse clube. O objetivo é somente contextualizá-lo, a fim de compreendê-lo como uma atividade contígua à biblioteca, expandindo o conceito desta.

No Tocantins, Aline Campos (2019) e sua equipe têm desenvolvido um clube de leitura com a proposta de “ler e escrever”. Na tentativa de correlacionar remição da pena por leitura e extensão universitária, ela fala mais sobre essa experiência:

A experiência que temos vivido de construir e tentar consolidar o espaço educativo dentro da Cadeia Pública de Tocantinópolis tem sido exitosa, ou seja, constitui-se como uma empreitada de sucesso. Não queremos com isso nos tornar fórmula, mas mostrar que podemos dar certo, contrapor assim a descrença, anunciar *inéditos viáveis* e juntar forças na esperança de que o cumprimento de pena pode ser outra coisa além daquilo que nos apresentam, insistentemente: superlotação, degradação, violência, selvageria (CAMPOS, 2019, p. 9; grifo no original).

Esse relato traz dois elementos: primeiro, a experiência no Bico do Papagaio, no Tocantins, não se pretende ser uma fórmula, mas uma contraposição, uma esperança; e segundo, logo em suas primeiras palavras ela fala de “consolidar o espaço educativo”. Além disso, Campos (2019) relata que desde o começo das atividades de leitura, a biblioteca estava integrada e que foi construída do zero.

Assim, este relato também não é uma fórmula do que deve ser feito com as bibliotecas, mas uma possibilidade. Quando Campos (2019, p. 9) fala da importância de se “consolidar o espaço educativo”, pensamos automaticamente no que Soares (2019) afirma quando diz que livros, leitura e biblioteca, mesmo sendo de grande ajuda, não são prioridades e, quando existem, são instáveis e sempre vistos como um espaço que pode ser desativado por motivos outros.

Essa luta de insistência é perceptível no presídio onde se desenvolveu este projeto. O diretor da escola do presídio é muito atuante e tem um desejo muito forte de trabalhar em prol dessa consolidação, e não somente o desejo, mas a efetiva ação. Foi ele quem nos convidou para ajudar na organização da biblioteca. Ele nos mostrou todo o espaço e como ele queria que estivesse bem organizado e que fosse sempre utilizado. Fomos apresentados aos dois presos que atuam mais na escola, a quem a partir de agora receberão nomes fictícios: Manoel de Barros e Alberto Caeiro.

Dois poetas do simples, do não visto, do não pensado. Aquele é famoso pelo poema do quintal, que mesmo pequeno, é maior que o mundo pelas vivências e experiências num espaço, que para ele, é o mundo; reconhecido também pela conversa silenciosa com as plantas, pedras, sapos e sirilampos. O segundo, com seu heterônimo de Alberto Caeiro, trouxe em seu “Guardador de rebanhos” o homem do campo que mesmo sem “pensar”, sem ser instruído, aprendeu que o vento é vento, que já passou e que vai passar de novo; que pensar sobre tudo é na verdade estar doente dos olhos; longe do olhar, do sentir e perceber.

Manoel de Barros tinha 31 e Alberto Caeiro, 32 anos no começo do projeto. Ambos estão há muitos anos presos. Os dois são muito atenciosos com a limpeza, o lanche, cuidado com o outro. Trabalham na escola há bastante tempo e acabaram desenvolvendo um jeito particular de atuação nesse espaço.

A sala onde é a “biblioteca” tem uns 16 metros quadrados. É uma sala de aula com um quadro branco na parede da porta de entrada, e duas janelas grandes na parede do fundo. Pelas janelas, é possível enxergar o pátio de um pavilhão. A primeira olhada pela janela é um cenário de filme de final dos tempos. Paredes altas, cinzas, sujas, cercas e arames farpados, chão de terra, barras de ferro formando um gol de futebol sem rede nem bola. Esse espaço é onde se toma o banho de sol. É justamente a janela que dá nome ao projeto de extensão e é a metáfora para a biblioteca na prisão, que pode ser uma janela para o mundo (UNESCO, 2019).

Foi num dia de organização dos livros que Manoel de Barros queria uma janela para o mundo das mulheres. Tiramos todos os livros das estantes para limpar e tentar encontrar uma forma de organizá-los. Manoel de Barros virou e disse: “Vamos fazer uma seção sobre mulheres? Porque tá difícil agradá-las e compreender o que elas querem. Quando sair daqui eu preciso saber como lidar como elas.” Daí ele mostrou alguns livros de autoajuda com essa temática. Imediatamente dissemos para ele que seria uma excelente ideia.

Atualmente é muito importante trabalhar com os homens as suas masculinidades tóxicas, muitas vezes violentas, as formas de maltrato e até feminicídios. Mas também outras formas de ser e existir com afeto. Não perguntamos muita coisa para Manoel de Barros, nem quisemos saber se o crime dele foi contra uma mulher, mas instigou saber que ele se preocupa com esse aspecto da vida, da transformação da intimidade (GIDDENS, 1993). De acordo com Giddens (1993), os homens, a partir da Modernidade, estão começando a aprender e a tentar mudar essa forma de socialização do prazer masculino e do respeito, buscando a compreensão dos processos das mulheres, de sua autonomia e da alteridade; inclusive com o reconhecimento do prazer da mulher e a superação da dicotomia mulher de respeito *versus* mulher da vida.

As conversas inicialmente eram todas sobre livros. Falamos dos livros que gostamos de ler e eles também. Disseram que a melhor forma de escolher um livro entre eles é por indicações. Alguém lê um livro interessante e avisa para os outros. E quando é bom mesmo fazem fila de espera. O livro que estava sendo lido com essa euforia naquele momento era o

“Holocausto brasileiro”, de Daniela Arbex, que trata sobre um genocídio que aconteceu num hospício em Minas Gerais.

Enquanto bibliotecário, nos foi pedido que pensasse em uma forma de organizar os livros. Tradicionalmente, existem as formas da Classificação Decimal de Dewey e a Universal (CDD e CDU, respectivamente). Essas classificações são tanto para a organização do acervo quanto para a recuperação da informação. Ambas se subdividem em dez classes, cada uma agrupando uma série de conteúdos correlacionados. Elas possuem formas complexas de agrupamento de conteúdo. Mas uma coisa que explicamos tanto para Manoel de Barros quanto para Alberto Caeiro foi que a classificação de um acervo é facetada (SOUZA, 2012). Isso significa que a organização depende mais de quem a faz do que do próprio livro. Por isso, decidimos que iríamos usar a categoria que eles já utilizavam (romances, infanto-juvenil, poesia, direito, religiosos etc., juntamente com a categoria recém-criada: a feminina). Foram coladas etiquetas nas estantes. Não foram confeccionados catálogos nem lista de livros, justamente porque a busca por livros se dá mais no “boca a boca”, ou no manuseio dos livros por seção temática. Várias vezes chegava uma pessoa pedindo indicação de um livro de romance, de crime, de direito penal, um dicionário, um livro espírita e assim por diante.

Essa forma de classificação não é muito comum em bibliotecas. Porém, já existem pesquisas que tentam desconstruir as formas de classificações tradicionais (CDD e CDU) por outras mais adequadas ao espaço local e à realidade da comunidade da biblioteca. Em brinquedotecas, por exemplo, é comum se utilizar de cores; em outros espaços, onde o acervo é menor, é comum utilizar número sequencial de ordem sem usar sistemas de computador para encontrar o livro. Uma forma interessante é encontrar a melhor maneira de organizar o acervo conforme as necessidades locais.

A forma como Manoel de Barros e Alberto Caeiro trabalham na biblioteca é muito intuitiva. A realidade brasileira, e também a de outros países, é de carência de profissionais formados em Biblioteconomia para atuar em bibliotecas. Em grande medida, isso se dá porque não se prevê a importância desse profissional (SOARES, 2019; UNESCO, 2019). Manoel de Barros e Alberto Caeiro organizam o empréstimo num caderno de anotações, onde escrevem o nome do leitor e o título emprestado. O prazo geralmente é negociado na hora, e a pessoa é sempre advertida a cuidar bem do livro, não riscar nem arrancar folhas. Na devolução, sempre fazem uma inspeção geral para ver se há danos ou outro tipo de mensagem escondida.

Justamente por não serem profissionais da área de Biblioteconomia, a atuação dos dois é sempre muito pautada por suas representações de mundo. Quando uma pessoa veio pedir um livro sobre espiritismo, imediatamente Alberto Caeiro disse: “Por que você quer esse livro do demônio?” Imediatamente mostramos para a pessoa onde ficava a seção de livros religiosos. O homem ficou muito feliz e Alberto Caeiro não soube o que dizer. Por outro lado, quando, no mesmo dia, outra pessoa veio pedir um livro sobre crimes, Alberto Caeiro não disse nada. Não conseguimos discernir se foi porque ele não entendeu, não prestou atenção, ou se foi porque para ele aquela temática era interessante. Quando perguntado: “Que tipo de leitura você quer?” Ele primeiro disse que queria sobre Direito Penal, depois disse que queria ler sobre crimes mais comuns, mas por fim acabou levando um livro de poesia. Ele não conseguiu expressar bem sua demanda. Esse é um ponto crucial na prática biblioteconômica: a pergunta de referência para entender qual é a demanda do usuário/leitor (GROGAN, 1995). Para Dennis Grogan (1995), essa pergunta é crucial para o atendimento da necessidade informacional. E quem atua em bibliotecas deve ter formação para saber dialogar com quem chega até a biblioteca.

A formação mínima para quem trabalha em bibliotecas deve ser a de auxiliar de biblioteca ou técnico em Biblioteconomia (BRASIL, 2018; SILVA, 2009). O auxiliar de biblioteca necessita possuir o Ensino Fundamental completo, enquanto o técnico necessita ter concluído o Ensino Médio. Ambos devem trabalhar sob supervisão de um profissional graduado em Biblioteconomia e com registro no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB). Seria interessante que existisse um/a bibliotecário/a por unidade, mas um sistema, ou rede de bibliotecas, administrado por bibliotecário/a já ajudaria a resolver a falta de profissionais qualificados na área. O auxiliar ou técnico poderia ser um agente penitenciário ou um preso, por exemplo.

Com isso, destaca-se neste ensaio a importância de quatro elementos para a caracterização de uma biblioteca na prisão, a saber: planejamento, organização, interação e registro de saberes. O **planejamento** deve ocorrer em nível estratégico e operacional, o que inclui tanto articular os profissionais que irão atuar na biblioteca, quanto recursos financeiros e administrativos. A **organização** é a maneira de dispor e organizar o espaço da biblioteca: qual a melhor forma de classificar e catalogar, como emprestar e que regras a biblioteca vai construir. Já a **interação** é a vinculação necessária da biblioteca em todas atividades da prisão: dia de vacinação, dia de visitas familiares, datas comemorativas, trabalho cooperativo com outras

instâncias formativas. E, por fim, o **registro dos saberes**. Quando Vygotsky (2003) nos ensina que falar de si ou escrever sobre si não é um simples narrar o que aconteceu, mas também repensar, e reescrever a vida, é justamente sobre isso que é a biblioteca popular freiriana: registrar memórias e saberes como forma de reescritura do mundo, da pessoa, do espaço.

Sem esses quatro elementos, não podemos concordar que um espaço seja considerado **biblioteca**. E aqui retomamos Santos (2006), para quem o espaço é associação indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, sendo a natureza desse espaço composta de técnica e tempo, razão e emoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram alguns encontros, limpeza de livros e de estantes. Biblioteca como prédio não é biblioteca; tampouco é um acervo. Aqui tentamos explorar que organizar o acervo de uma biblioteca é uma prática de biblioteca, mas somente isso não basta. É preciso ter alguém minimamente formado para atuar nesse espaço, em vez de deixá-lo aos cuidados de um preso que pode ir embora logo. No nosso caso, tanto Manoel de Barros quanto Alberto Caeiro estão ali há mais de uma década, mas estão para sair no ano de 2020. Eles têm muita prática na biblioteca, mas quem será o próximo a cuidar dela? Será que ela vai fechar, como acontece com muitas outras pelo Brasil? (SOARES, 2019)

Acervo sim. Mas não somente! Não consideramos a biblioteca somente a sala de aula onde se dispõem livros organizados para serem retirados e lidos. Essa biblioteca da qual falamos precisa de pessoal formado e comprometido, precisa de recursos financeiros e tecnológicos, precisa de profissionais que saibam fazer a vinculação com outras atividades pedagógicas que já se desenvolvem no presídio: Encceja, canto coral, dança, esportes, remição da pena por leitura, estudo e trabalho. Além disso, a biblioteca deve ser um espaço de construção tanto da leitura quanto da escrita. E não precisa ser somente letras, mas outras linguagens que também escrevem e reescrevem o mundo, o espaço. Por isso, biblioteca na prisão é um olhar, viver e experienciar, é ação, não somente “acervação”.

É isso que é ação em bibliotecas em presídios. É fazer com que a biblioteca seja um espaço de encontros, de trocas, de conversas, de afeto, do silêncio e do barulho, do tempo, da técnica, da razão e da emoção. É mostrar àquela comunidade o que o mundo pensou e registrou

como memória, mas também mostrar para o mundo o que ali se pensa, se sonha e se deseja. Dostoievski, Graciliano Ramos, Gramsci, Cervantes, Oscar Wilde todos foram presos e de lá escreveram obras primas. O que tem a dizer nossos/as pensadores/as aprisionados/as? A biblioteca popular na prisão pode ser esse espaço do ler e do escrever outras vidas, outras histórias.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Leon. Analytic Autoethnography. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.35, n.4, p.373-395, 2006. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891241605280449?journalCode=jcec>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BENETTI, Alfonso. A autoetnografia como método de investigação artística sobre a expressividade na performance pianística. **Opus**, v. 23, n. 1, p. 147-165, abr. 2017. Disponível em: <www.anppom.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Solettar a letra P: povo, popular, partido e política: a educação de vocação popular e o poder do Estado. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/4217>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 19 mar. 2020.

_____. **Lei 13.601 de 9 de janeiro de 2018**. Regulamenta o exercício da profissão de técnico em biblioteconomia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13601.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2020

CAMPOS, Aline (Org.). **Ler e escrever na prisão: experimentações em Tocantinópolis**. Brasília, DF: Croma Tecnologias, 2019.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo, SP: Vestígio, 2018.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

GARCIA CANCLÍNI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo, SP: EdUSP, 2019.

GESLOT, Jean-Charles; SANDRAS, Agnès. Les debuts de la bibliothèque populaire de Versailles: lecture et politique au temps de la libéralisation de l'Empire. **Romantisme**, n. 177, p. 31-41, 2017. Disponível em: <<http://www.revues.armand-colin.com/lettres-langues/romantisme/romantisme-ndeg-177-32017/debuts-bibliotheque-populaire-versailles-lecture-politique-au-temps-liberalisation-lempire>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: EdUNESP, 1993.

GODINHO, Ana Cláudia; JULIÃO, Elionaldo. O direito à leitura na prisão: uma experiência não escolar em presídio feminino no Brasil. **Imagem em Educação**, v. 9, n. 1, p. 79-91, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/43525>. Acesso em 20 mar. 2020.

GROGAN, Dennis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

JACKSON, Michael. Between biography and ethnography. **The Harvard Theological Review**, v. 101, n. ¾, centennial issue, jul./out., 2008, p. 377-397. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40211974>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

LANKES, David. **Expect more**: demanding better libraries for todays complex world. [s.l.]: [s.d.], 2012. Disponível em: <<https://davidlankes.org/wp-content/uploads/2014/01/ExpectMoreOpen.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

LANZILLOTTA, María; OVIEDO, Micaela. “Difundir cultura e ilustración”: las bibliotecas populares en la trama de la sociabilidad de las poblaciones pampeanas, 1905-1955. **Historia y Espacio**, v. 14, n. 51, p. 75-107, ago./dez., 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7059206>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez., 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

MAIA, Marcos; OLIVEIRA, Etiene. Inovação no ensino de ciências biológicas: uma autoetnografia. **Revista Edapeci**, São Cristóvão, v. 18, n. 2, p. 101-112, maio/ago., 2018. Disponível em: <DOI 10.29276/redapeci.2018.18.28569.102-112>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

NAVES, Emilse. Fazer-saber: reflexões sobre a função acadêmica da extensão universitária. **Em Extensão**, v. 14, n. 1, p. 9-29, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/28113>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ORIÁ, Ricardo. **Bibliotecas escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da Lei 12.244/2010. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2017. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 19 mar. 2020.

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

RICHTER, Noë. Prélude a la bibliothèque populaire: la lecture du peuple au siècles des lumières. **Bulletin de Bibliothèques de France**, Paris, v. 24, n. 6, 1979. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1979-06-0285-001>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

RÖHR, Ferdinand. Reflexões em torno de um possível objeto epistêmico próprio da Educação. **Proposições**, v. 18, n. 1, jan./abr., 2017.

RUBACH, Christel. **Die Volksbücherei als Bildungsbücherei in der Theorie der deutschen Bücherhallenbewegung**. Cologne: Greven Verlag, 1962.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, SP: EdUSP, 2006.

SILVA, Divina. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para a formação profissional**. Brasília, DF: Thesaurus, 2009.

SILVA JÚNIOR, Jonas; SILVA, Maria de Lourdes. Travestilidades no espaço socioeducativo: (des)patologização, monstrosidade, violência, abjeção e negação das identidades transgêneras. **Dialogia**, São Paulo, n. 32, p. 93-107, 2019.

SOUZA, Sebastião. **CDU: como entender e utilizar...** [s.l.]: Zamboni, 2012.

UNESCO. **Books beyond bars: the transformative potential of prison libraries**. Hamburg: UNESCO, 2019. Disponível em: <<https://uil.unesco.org/adult-education/books-beyond-bars-transformative-potential-prison-libraries>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

BIBLIOTECA EN LA PRISIÓN NO ES COLECCIÓN, ES ACCIÓN

ABSTRACT: This essay deals with the library in prison in addition to a simple collection of books. It aims to propose lines of thought about libraries in incarceration spaces and to report an experience of university extension in prison. Methodologically it is an autoethnography with theoretical subsidies from other documentary and bibliographic sources. It proposes that the library in prison become popular from the perspective of social movements for the right to education, training and citizenship. It stresses the importance of a global library policy, articulating municipal, state and federal systems and networks, with planning, trained professionals and that the library be more than space for depositing books. It must also be a space for meeting, registering local knowledge and human formation. The popular library as an action in prison should be built on the basis of four necessary pillars: planning, organization, interaction with all local activities and registration of local knowledge.

Keywords: Librarianship. Popular Education. Prison Education.

PRISON LIBRARY IS NOT COLLECTION, IT IS ACTION

RESUMEN: Este ensayo trata sobre la biblioteca en prisión además de una simple colección de libros. Su objetivo es proponer líneas de pensamiento sobre las bibliotecas en los espacios de encarcelamiento y reportar una experiencia de extensión universitaria en prisión. Metodológicamente es una autoetnografía con subsidios teóricos de otras fuentes documentales y bibliográficas. Propone que la biblioteca en prisión sea popular desde la perspectiva de los movimientos sociales por el derecho a la educación, la formación y la ciudadanía. Destaca la importancia de una política global de bibliotecas, que articule sistemas y redes municipales, estatales y federales, con planificación, profesionales capacitados y que la biblioteca no sea solo un espacio para depositar libros. También debe ser un espacio para reunirse, registrar el conocimiento local y la formación humana. La biblioteca popular como acción en la prisión debe construirse sobre la base de cuatro pilares necesarios: planificación, organización, interacción con todas las actividades locales y registro del conocimiento local.

Palabras clave: Bibliotecología. Educación Popular. Educación Prisional.

Submetido em: março de 2020.

Aprovado em: maio de 2020.

Publicado em: julho de 2020.